



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 0205528-7  
Comarca: Recife  
Vara: 9ª Vara Criminal  
Impetrante: Fernanda Marques Cornélio  
Paciente: Mércia Helena Ferrelra  
Procuradora de Justiça: Patrícia Carneiro Tavares  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

049

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO. EXCESSO DE PRAZO. NÃO CONFIGURADO. LIBERDADE PROVISÓRIA. DENEGAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

- 550?
1. O retardo, se não imputável ao Juízo ou à acusação, não configura constrangimento ilegal. A alegação de excesso não decorre de mera operação aritmética. Exige, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas de cada caso.
  2. Constrangimento ilegal por excesso de prazo da instrução não configurado.
  3. A paciente não apresenta condições necessárias ao deferimento do referido benefício. Além de demonstrar periculosidade pelo meio utilizado (faca), para cometer o delito em tela, praticou o crime de roubo em co-autoria com mais duas pessoas.
  4. Neste sentido, tem-se que o édito prisional é medida necessária à garantia da ordem pública, nos termos do art. 312, do CPP.
  5. Ordem Denegada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, impetrado por Fernanda Marques Cornélio, em favor da paciente, Mércia Helena Ferreira. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade de votos, pela denegação da ordem, tudo de acordo com o relatório, voto digitado, do termo de julgamento e demais peças que formam o presente julgado.

Recife, 02 de Setembro de 2010.

Des. Fausto Campos

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 0205528-7  
Comarca: Recife  
Vara: 9ª Vara Criminal  
Impetrante: Fernanda Marques Cornélio  
Paciente: Mércia Helena Ferreira  
Procuradora de Justiça: Patrícia Carneiro Tavares  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

050

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Habeas Corpus, com pleito liminar, impetrado em favor de **Mércia Helena Ferreira**, denunciada por infração ao art. 157, § 2º, incisos I e II, do C. P., nos autos do Proc. nº 001.2009.118245-0, em trâmite perante o Juízo da 9ª Vara Criminal da Comarca de Recife, tendo como autoridade coatora a juíza em exercício no mutirão carcerário, sustentando que preenche os requisitos para a concessão da liberdade provisória, bem como sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo da instrução criminal.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 13/70.

Pleito liminar indeferido (fl. 77/78). Informações requisitadas.

O Juízo *a quo*, mediante ofício de fl. 82/83, presta detalhado informe do trâmite processual.

A Procuradora de Justiça, Drª. Patrícia Carneiro Tavares, ofereceu parecer de fls. 99/101, opinando pela denegação da ordem.

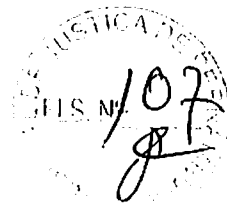
Eis o importante a relatar.

**VOTO**

Conforme relatado, o *mandamus* tem por objetivo desconstituir a custódia cautelar imposta à Paciente, sob alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo para o julgamento da ação penal, bem como pleiteia a concessão da liberdade provisória aduzindo que a paciente preenche os requisitos para a concessão da mesma.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



051

A Paciente alega que se encontra presa desde o dia 02/06/2009, por força de flagrante delito, sem que, até a data da impetração tivesse sido marcada a audiência de instrução e julgamento.

Conforme informações fornecidas pelo Juiz em exercício no mutirão carcerário da Comarca de Recife/PE, a denúncia foi recebida em 01/07/2009, bem como foi determinada a citação das acusadas para oferecimento de resposta escrita.

Devidamente citada a paciente apresentou a referida resposta, em cuja petição requereu liberdade provisória. O Ministério Público pronunciou-se contrariamente ao pleito. Em sede de mutirão carcerário, a Defensoria Pública requereu o relaxamento da prisão da paciente e/ou a liberdade provisória, enquanto que o representante Ministerial reiterou a manifestação anterior desfavorável.

Em dezembro de 2009, a juíza em exercício no mutirão decidiu pela manutenção da prisão em desfavor da Ré.

Os autos encontram-se em vias de devolução à vara de origem para prosseguimento da instrução.

Submete-se, a alegação de excesso de prazo, ao princípio da razoabilidade, observando-se a peculiaridade do caso concreto. O retardo, se não imputável ao Juízo ou à acusação, não configura constrangimento ilegal.

O caso vertente não configura excesso de prazo, a paciente está presa desde 02/06/2009, mas como se pode perceber o processo está seguindo o seu trâmite e, na medida do possível, o juízo está dando andamento ao procedimento.

A alegação de excesso não decorre de mera operação aritmética. Exige, acima de tudo, prudência na aferição das circunstâncias e justificativas de cada caso.

O prazo para formação da culpa, estabelecido por construção jurisprudencial, não deve ser visto como absoluto e intransponível, apto, por si só para ensejar a concessão da ordem por constrangimento ilegal.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



052

Para configurar coação ilegítima, mister que o eventual retardo verificado seja irrazoável e imputável à desídia do juízo, do aparato judicial ou do Órgão Ministerial, o que inócorre no caso vergente.

Com relação ao preenchimento dos requisitos para a concessão da liberdade provisória, a paciente não apresenta condições necessárias ao deferimento do referido benefício. Além de demonstrar periculosidade pelo meio utilizado (faca), para cometer o delito em tela, praticou o crime de roubo em co-autoria com mais duas pessoas.

Neste sentido, tem-se que o édito prisional é medida necessária à garantia da ordem pública, nos termos do art. 312, do CPP:

Da mesma sorte, no que pertine à primariedade, bons antecedentes e residência certa, assente o entendimento jurisprudencial de que tais atributos pessoais, de per si, são insuficientes para ilidir a custódia preventiva, quando presentes os motivos e pressupostos ensejadores da medida.

Verificada a necessidade e pertinência da prisão, inadmissível a revogação de custódia que atende aos requisitos legais, mormente que não foram trazidos pela Paciente elementos idôneos para desconstituí-la.

Ante o exposto, por não vislumbrar constrangimento ilegal a ensejar o alcance da tutela pretendida, voto pela denegação da ordem, com recomendação ao Juízo da 9ª Vara Criminal da Comarca de Recife para que dê prosseguimento à instrução do feito, concedendo-lhe maior celeridade.

É como voto.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.

Des. Fausto Campos

Relator